

ATA - DIA 28.02.2024
(Responsável: Gabriel Dallaverde de Sousa)

-Apresentação geral do grupo e recepção dxs novxs integrantes;

-Textos:

GONZAGA, Álvaro de Azevedo. Decolonialismo indígena. São Paulo: Matrioska Editora, 2022, pp. 119-148 e 22-36.

MOURA, Denise A. S. de. Aos olhos da mulher indígena: cartografia, espacialidade e gênero em expedições de mapeamento no Brasil meridional (século XVIII).

ALVES, Adriana de Carvalho. Ensino de História e Cultura Indígena: trabalhando com conceitos, desconstruindo estereótipos. Revista Espaço Acadêmico, v. 14 n. 168, maio de 2015.

Discussão:

Anteriormente à discussão propriamente dita, houve uma apresentação dos objetivos do grupo por parte do professor Jorge Souto Maior, que explicou também como funcionam as dinâmicas. Após isso, cada membro se apresentou e, a partir daí, iniciou-se a discussão.

Caio de Lima: Expressou que achou os textos interessantes, principalmente para início de conversa. Em relação ao artigo da cartografia, disse sobre a ideia de epistemologia que o texto traz, de compreender a forma como os outros observam o mundo, de se ver no território como modo de se ver nele.

Agatha Martins: Em relação ao texto de Gonzaga, relatou ser um texto mais acadêmico e não se desdobrou mais por entender que tem mais a aprender. Em relação ao texto de Moura, disse que foi o que mais gostou e se surpreendeu por ele ser recente, já que se refere a uma cartografia de séculos muitos atrás e só recentemente que foi abordada. Além disso, disse ser bom para exemplificar o apagamento concreto dos indígenas, além disso elogiou o método da autora, que destaca particularidades que geralmente passam sem ser percebidos. Interessou-se pelo papel das mulheres, que lideravam as expedições, indo contra uma visão mais dominante do homem desbravador e a suposição de que elas apresentavam um papel secundário – algo ensinado. Sobre o último texto, de uma professora que discute sobre a possibilidade de como adotar o ensino da história e cultura indígena na sala de aula, chama atenção conceitos diferentes. A exemplo do conceito de Alfredo Bosi que “considera que

Cultura ‘supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente planos para o futuro’ (BOSI, 2001, p.16) ”. Também chamou atenção de como a autora trata sobre o tema não se prendendo apenas para História, Artes e Literatura (como previsto na lei discutida), mas se expandindo para Ciências da Natureza.

Pedro Paulo: Leu com mais atenção as páginas do Decolonialismo Indígena. Chamou atenção para a utilização de um método marxista heterodoxo, coerente com o que é discutido. Destacou passagens sobre relação de trabalho: no início do contato entre europeu e indígenas um modo de produção de comunismo primitivo (escambo - diplomacia política entre eles) e que transitou para uma forma violenta nessa relação, de obtenção de forma de trabalho obediente, iniciando-se uma submissão dos indígenas e do colonialismo político - expressão de poder. Ademais, destacou as diversas posições de trabalho que o indígena teve: precarizada (boia fria, construção civil), estrato superior (docente, profissional da saúde, empregados rurais e urbano), expondo, desse modo, que não havia um *locus* definido. Outro ponto é a contestação da ideia disseminada de que a terra indígena é improdutiva, o que na realidade é demonstrado o oposto.

Guilherme Saraiva: Gostou das três leituras. Relatou que nunca imaginaria a real história dos indígenas expostas pelos autores, toda a complexidade apresentada (formas de vida diversas, quantidade de povos e culturas existentes), o que não é exposto no ensino, até mesmo no ensino superior, devendo-se tal questão pelo predomínio de uma narrativa dominante. Outra questão trazida foi a posição de liderança das mulheres indígenas, que auxiliavam os portugueses no conhecimento do local e para subsistirem e dominarem o território (refere-se ao texto Denise Moura). Outra questão (agora em relação a uma das leituras de Álvaro Gonzaga) é a variedade de comportamento: da boa recepção que os tupis tiveram com os portugueses, oferecendo apetrechos; enquanto outros viam de forma distinta, chegando a repulsa por segurança e medo do estranho. Essas ideias vão contra a ideia dominante, o que mostra a importância do decolonialismo. Conclui que o objetivo de contar a história a partir do ponto de vista do dominado é um horizonte a ser atingido, uma vez que os textos expõem a ignorância que nós temos sobre esses povos. Acrescentou que alguns povos valorizavam o trabalho, o que contraria a visão de indígena como preguiçoso, também expôs a concepção portuguesa do indígena pela ótica capitalista (acumulação de excedente e exploração do trabalho), o que se diferenciava da ótica indígena.

Jaine Pereira: Colaborou mais em relação ao terceiro texto, sobre o ensino de história e cultura indígena. Texto esse que inicialmente julgou menos interessante e, após a leitura, o

achou mais interessante ao rememorar sua infância. Ela é de Carapicuíba, onde há uma aldeia indígena e, em dias festivos (Dia do Índio), iam à oca, se pintavam e, mesmo fazendo por isso, nada concretamente aprendiam sobre os indígenas –exemplifica que aprendeu apenas que Carapicuíba significa “peixe podre”–, revelando-se uma grande contradição no ensino, que apenas reforça mitos (ex: índio como preguiçoso).

Gustavo Queiroz: Chamou mais atenção o texto sobre cartografia, isso pela perspectiva de gênero e étnica (constantemente apagada), ao destacar o papel da mulher indígena e sua bravura, função essa apagada no registro dos mapas, como se tivessem uma função apenas diplomática. Outro ponto interessante do texto é a transição do nomadismo para o sedentarismo, devendo-se muito pelo papel que a mulher tinha na plantação, no artesanato, na alimentação e, em geral, seu contato com a terra e o ambiente. Tais aspectos quebram a narrativa dominante do homem português desbravador

Caio Tomiato: Contribuiu inicialmente em relação ao texto da educadora, da reforma da educação a serviço aos indígenas. O primeiro ponto que tocou foi sobre o Instituto Geográfico do Brasil, que foi a primeira tentativa de se criar uma identidade nacional (“um passado nacional”) do país. Também destacou o interesse da autora mencionar, o que também é feito pelos outros autores, a dicotomia na imagem do índio: de um lado é exposto como infantilizado, idealizado, bom selvagem, de um passado não mais existente, similar às imagens presentes em Iracema e O Guarani; e, de outro, a imagem de um índio bárbaro, mau selvagem, o que condiz com a posição que o Império brasileiro tinha na época em relação aos nativos. Havendo, assim, um paradoxo da sociedade brasileira daquela época em que havia ao mesmo tempo escritores que exaltavam os indígenas do passado, enquanto o governo financiava uma campanha contra povos indígenas. Tal aspecto relaciona-se a uma ideologia dominante na sociedade, atingindo vários aspectos - artes, educação, cartografia (a exemplo da segunda leitura, que expõe a mulher indígena como mero objeto). Em relação ao texto do Gonzaga, além da questão da ideologia dominante dos diferentes retratos dos indígenas, há também o aspecto da valoração dos povos indígenas, que seguiam a lógica de produção sustentável (suficiente para viver com qualidade, não visa acumular para o comércio).

Gabriel Lima: Chamou atenção para a questão da relação de trabalho e da historiografia, que camufla tal relação. Acrescentando que não temos professores escancaradamente contra os indígenas, mas que por outro lado há os que reforçam a uma imagem de indígena “encantado” com espelho e outros instrumentos, como se fossem puramente inocentes. Nas leituras é exposta a comparação de que as tribos indígenas têm diferentes maneiras de

recepção ao estranho (alguns recebem presentes, outros com violência), o que expõe que tal fábula vendida não é válida por diferenças culturais dentro dos povos nativos. Sendo, ainda, que essa troca de trabalho por utensílios – um choque entre modos de produção do europeu e do indígena – foi benéfica aos indígenas, uma vez que fazia sentido para a organização e dinâmica social indígena. E, por outro lado, a partir do momento que os europeus querem um trabalho obediente, indo contra a lógica da organização indígena, inicia-se o choque entre europeu e povos nativos e, a partir desse conflito, também se inicia os modos de resistências, os impactos na construção da imagem do indígena e a própria historiografia. Devendo, por isso, termos cuidado ao analisar esse passado.

Giovanna Magalhães: Reforçou a discussão de alguns mitos, como a do indígena que não gosta de trabalhar, é preguiçoso – o que na realidade não observa a diversidade desses povos e apenas cria um estereótipo geral – e, da mesma forma, da generalização acerca da imagem do europeu. Além disso, em relação à troca entre europeus e indígenas, destacou que a transição, devido ao desejo do primeiro em explorar o trabalho do último, fez com que se iniciasse a resistência indígena e em cima disso é criado a imagem do indígena como mau selvagem. Sendo importante a discussão sobre a resistência.

Jorge Souto Maior: Manifestou felicidade com as contribuições realizadas, que atingiram o objetivo proposto, chamar a atenção para o nosso desconhecimento e ir atrás do conhecimento. Destacou que nos próximos encontros veremos como o europeu realizou o processo de convencimento para dar um passo além visando a exploração do trabalho, transformando a mente, através da religião e outros instrumentos. Também ressaltou que essa relação (resultante do contato entre europeu e indígena), como muitas vezes dita, nunca foi amistosa, sendo prova disso a grande redução populacional dos povos indígenas ao longo da história. E, ao não discutirmos tais assuntos, apenas reproduzimos a história dominante do invasor-escravista, o que expõe ainda mais a importância na discussão do assunto que teremos neste semestre.

Vanessa: Retomou a discussão de que os professores de história muitas vezes reforçam a imagem do indígena como passivo (inocente, por exemplo, no escambo com o europeu), sem serem críticos a tal visão.

Erazê Sutti: Trouxe a questão de que os colonizadores ao escravizarem os indígenas traziam também o discurso de que eles não sabiam nada, eram ignorantes, o que levou a um apagamento acerca do conhecimento dos escravizados a partir da versão do colonizador,

sendo essa uma forma de dominação.

A partir desse momento houve a colaboração dos participantes que acompanhavam de modo virtual.

Lucilaine: Primeiro discuti sobre o tema da decolonização indígena, que gosta bastante e que estudou um pouco sobre, na tese de doutorado em direito. O que nos ensinaram sobre a “descoberta dos povos latino-americanos” é de certa forma uma piada, sendo que a história precisa ser recontada. O que fizeram com esses povos (incas, maias e astecas e os indígenas), foi uma barbárie. A conquista dos povos latino-americanos realçou a brutalidade empreendida na destruição de sua cultura e catequização dos nativos, tirando-os do seu estado natural e aproximando-os de Deus pelo caminho da civilização. Então, o componente ideológico para a colonização foi a expansão da fé cristã. Tudo se justificava em nome de Deus, desde a relação nativo/colono, cuja mão-de-obra indígena por meio de um sistema denominado encomenda (que era análogo ao trabalho escravo), pagava ao colonizador o trabalho de conversão por meio de prestação de serviços nas terras do seu protetor; ou até o genocídio, considerado natural e justificável aos olhos de Deus. Sob o artifício de retirar o povo originário da barbárie e levá-lo à civilização, justificava-se a guerra contra as tribos fechadas à conversão, que não aceitavam a conversão e o fato de deixar de lado sua cultura.

Danilo: Incomodou-se na segunda leitura, que traz sobre as expedições lideradas por mulheres indígenas. Destacou como nós somos ensinados sobre a perspectiva do dominador, expondo assim como temos uma ignorância sobre a perspectiva étnica e de gênero, o que expõe a necessidade de ouvirmos mais tais vozes e versões. Além disso, realizou-se um paralelo para tentarmos também observar mulheres de outros lugares sociais e toda sua importância de onde estão e aos seus pares através das suas múltiplas atividades. Ademais, compartilhou a experiência quando viajou com sua esposa até o Chile e teve contato com os Mapuches, povo que só teve conhecimento após ter esse contato com eles. Trata-se de um povo indígena da região, guerreiro e que também foi indispensável para a independência política do Chile. Observou que quem se propunha ao estudo desses indígenas tinham diversas referências em relação a eles, ideia essa que também poderia fazer parte do nosso dia a dia.

Sofia: Atentou-se mais ao primeiro texto, sobre o qual destacou que traz basicamente as distintas concepções da aproximação entre colonizadores e indígenas, o que expõe como esses últimos apresentavam visões diferentes acerca da coletividade. Destacou também a

dicotomia entre o bom e o mau indígena, que só se transformou nessa última figura quando sua força de trabalho é explorada e ao reagir, figura com resistência a essa exploração do colonizador. Além disso, aponta sobre o processo de interpretação social, o de categorização social e o do essencialismo, processo esse que estereotipam e animalizam figuras marginalizadas na história. Ainda acrescentou que o Direito é uma ciência social aplicável, assim sendo, devemos refletir a partir de qual ciência social iremos aplicar – será a partir dessa ciência que categoriza e cria estereótipos? Exemplificou que estuda perto de um polo da Raposo Terra do Sol (reserva indígena Yanomami no norte do país) e que um professor relatou sua participação como auxiliar de um parecer diante de um júri popular indígena, havendo um julgamento entre os pares. Tal exemplificação foi exposta como modo de expressar a necessidade do pluralismo jurídico, tal como ocorre na Bolívia, não sendo assim o Estado como único detentor de construir o direito. Esse aspecto se faz necessário no Brasil que, além de outros fatores possíveis, vive constantemente em questões relacionadas a pautas que atingem os indígenas, tal como a discussão do “marco temporal” nos últimos meses.

Além da discussão:

Não houve espaço para o debate livre (falas voluntárias que extrapolam a leitura do dia) devido a proximidade do horário de encerramento da reunião. Destaca-se também que antes da discussão houve uma deliberação que permite a participação de modo virtual apenas para os GPTCistas que estiverem fora do estado de São Paulo, isso com intuito de permitir os participantes de longe participarem, sendo essa distância a partir dos limites estaduais, vista como uma delimitação mais justa visando também incentivar a participação presencial. Para além disso, houve um agradecimento em relação às contribuições realizadas durante a reunião e destacou-se a necessidade das falas terem um tempo máximo de 3 minutos e das reuniões terem previamente um responsável pela ata.